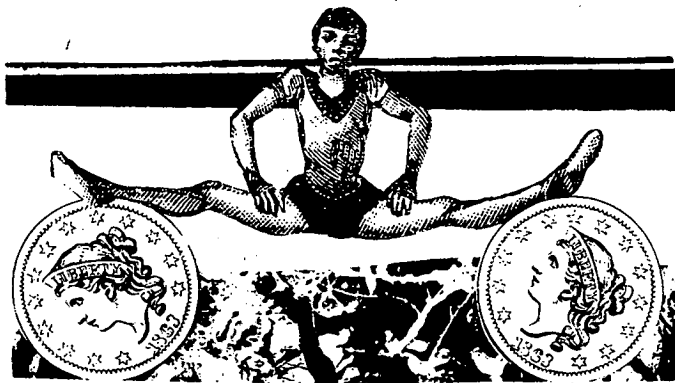


Sucessos e fracassos

JOSÉ GENOÍNO

23 DEZ 1995



SEM SOMBRA DE DÚVIDA,
OS PRINCIPAIS EMBARAÇOS
VIVIDOS PELO PAÍS EM 95 FORAM
PROVOCADOS PELO PRÓPRIO GOVERNO

JORNAL DA TARDE

A manutenção da inflação baixa e a realização das reformas econômicas no primeiro semestre podem ser tributadas como os maiores trunfos do primeiro ano do governo FHC. Um terceiro ponto não deixa de ter maior importância: a projeção do Brasil no Exterior por meio da ação direta do presidente, inaugurando aquilo que se pode chamar de diplomacia presidencial. A aprovação do projeto de lei do reconhecimento dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar também foi positivo, representando um resgate que a democracia devia à memória e às famílias daqueles que, certos ou errados em seus métodos, tombaram no combate ao regime autocrático.

No campo estritamente governamental o governo, porém, não conseguiu realizar objetivos importantes. No âmbito das reformas, o ano de 95 acaba sem que se tenha concluído as reformas da Previdência, administrativa e tributária. Essas reformas são fundamentais para o controle do déficit público que, por sua vez, é um dos elementos decisivos para os rumos futuros do Plano Real. Equívocos do governo em partes dessas reformas, a divisão da base governista e a ação da oposição e do movimento social são as razões que, somadas ou isoladamente, determinaram o atraso na realização desse objetivo. É de se esperar que a aprovação dessas reformas encontre obstáculos ainda maiores em 96, principalmente por se tratar de um ano eleitoral.

Outra grande lacuna no balanço do governo está na área social. O que se evidencia até agora é que o governo não tem uma política social e o programa Comunidade Solidária não passa de uma intenção genérica. No

mês de dezembro o Brasil foi exposto a uma situação vergonhosa com a divulgação do relatório da Unicef que o coloca em penúltimo lugar na América Latina em termos de mortalidade infantil, ganhando apenas da Bolívia. Seria repetir-se relembrar aqui os outros dramas sociais do País. A reforma agrária só entrou na agenda do governo graças à pressão do movimento dos sem-terra. E com a saída de Francisco Graziano da presidência do Incra a ação do governo encontra-se paralisada. Nessa área também é possível prever que o governo enfrentará dificuldades em 96, com o recrudescimento dos conflitos no campo. A precariedade da ação do governo na área social desmente o discurso de posse que Fernando Henrique fez no Congresso, quando prometeu colocar o resgate da justiça social como a mais alta prioridade de seu governo. Acrescenta-se que na área dos Direitos Humanos, apesar da transparência com que o governo vem se comportando, existem falhas nas soluções legais e governamentais

para vários casos de violações. Além de não ser eficaz na coibição, o governo revela não ter uma política afirmativa dos Direitos Humanos, o que vem lhe valendo condenações dos organismos internacionais.

Na área econômica, apesar do sucesso da estabilização, podem ser citados uma série de outros fatores pontuais que indicam dificuldades crescentes do governo. O declínio da taxa de crescimento, o número recorde de falências e concordatas de empresas, o aumento do desemprego, as altas taxas de juros, a política cambial, a deterioração das contas públicas, o déficit na balança comercial, a crise bancária e a crise na agricultura são fatores que somados podem começar a balançar a estabilidade, se não forem enfrentados de forma adequada.

Mas é na área política que se concentram os maiores problemas do governo. O ano de 95 termina com o governo mergulhado em sua pior crise política por conta do Sivam e da pasta rosa. Como pano de fundo desta crise estão a guerra surda por poder

travada entre auxiliares do próprio presidente e as disputas por espaços entre os partidos da base governista. A atual crise, que tende a se estender para os primeiros meses de 96, e a falta de comando político no governo ameaçam a própria condução do Plano Real, com o possível alijamento do poder do que resta da equipe que o formulou. Essa crise é um somatório de ambições, irresponsabilidades, fraqueza de comando e indefinição do perfil político do governo. A crise deteriora a relação do governo com o Congresso que, aliás, é outra área em que o presidente não inovou, mostrando-se renitente no abuso das medidas provisórias. A sociedade e os agentes econômicos ficam à mercê das incertezas sobre o futuro político e atônitos diante de um embate do qual não percebem claramente qual é a razão de ser.

Por fim, apesar da propalada disposição de diálogo do presidente com a oposição, o que se verifica na prática é que o governo se mostra incapaz de negociar e, até mesmo, de incorporar propostas positivas seja dos partidos de oposição, seja das entidades de representação dos movimentos sociais. A oposição, até agora, vem se comportando de forma firme, serena e sem sectarismo. É verdade que ela precisa calibrar melhor sua ação e definir alternativas viáveis. Mas, sem sombra de dúvidas, os principais embargos vividos pelo País em 95 foram provocados pelo próprio governo.

O AUTOR

José Genoíno
é deputado
federal por
São Paulo (PT)

